

## Tendências/Debates

auc

Os artigos publicados com assinatura não traduzem necessariamente a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

## Imperativo de um acordo

HÉLIO JAGUARIBE

Há geral consenso, no Brasil, quanto à amplitude da crise com que se defronta o país. Uma crise conjuntural, que nos ameaça com intolerável estagnação, sobrepondo-se à crescente inviabilidade do dualismo estrutural da nossa sociedade, agravado pela rápida deterioração da máquina do Estado, sob a devastadora pressão clientelista de um sistema político decomposto, tudo isto envolvido, como tende a ocorrer em tais circunstâncias, por generalizada degradação da moral pública.

São muitos, sem dúvida, os fatores condicionantes deste alarmante estado das coisas, alguns remontando ao nosso passado remoto — como a nefasta herança do instituto da servidão — outros decorrentes de recente obra do acaso — como a fatalidade do falecimento de Tancredo Neves. Não pode haver dúvidas, entretanto, quanto ao fato de que grande parte de nossos problemas se deve às dificuldades próprias ao processo da transição, dificuldades que se tornaram particularmente agudas com o desaparecimento de seu genial arquiteto, antes da ulitimação do projeto que havia engendrado.

Uma das circunstâncias complicadoras desse processo de transição é o fato de que ele contém, concomitantemente, duas transições: a do autoritarismo para a democracia e a de uma ampla frente política — o PMDB articulado por Tancredo Neves — para um partido de inspiração social-democrata — o partido da proposta de Fernando Henrique Cardoso, de José Richa, de Mário Covas, de Franco Montoro.

Acrescente-se que essa dupla transição segue ritmos diferentes. Enquanto a transição para a democracia se aproxima de sua culminação, com a promulgação da nova Carta, a transição do PMDB da condição de frente para a de partido se encontra, ainda, em fase incipiente. Daí surgem perigosas discrepâncias. A excessiva procrastinação da emergência do novo PMDB — com esta ou outra sigla — poria em risco sua credibilidade pública e poderia impedir de assumir, nas próximas eleições, a predominância que tende potencialmente a exercer. Por outro lado, no entanto, o prematuro rompimento da frente acarretaria consequências desastrosas. Entre estas avultam o atraso na promulgação da Constituição e um mau encerramento dos trabalhos da Constituinte, defraudando as grandes expectativas do país, ambas hipóteses acarretando imprevisíveis riscos para as instituições e para a futura evolução do Brasil.

São extremamente oportunas e corretas, por isso as advertências recentemente lançadas por alguns eminentes líderes do PMDB, como o presidente Ulysses Guimarães ou os governadores Moreira Franco, Waldir Pires e Miguel Arraes. É preciso manter a unidade do PMDB, como frente, até a promulgação da Constituição e como condição para que esta



se dê com a máxima celeridade e dentro de um viável acordo entre as várias correntes do próprio PMDB.

Para esse efeito é necessária uma postura de objetivo realismo por parte das duas grandes vertentes do PMDB: a centro-direita, que integra o "Centrão" e a centro-esquerda, que engloba os "históricos". Não obstante as vantagens de curto prazo que o "Centrão" possa proporcionar aos integrantes de suas episódicas maiorias, o fato básico, para os membros do PMDB que dele participam — e que não disponham de condições eleitorais para emigrar para o PFL — é a circunstância de que sua individual elegibilidade depende de uma legenda dotada de apelo e credibilidade públicos. O PMDB só conservará tais atributos — ou melhor, só os recuperará — se sua imagem política vier a corresponder à inspiração social-democrata que lhe querem imprimir os "históricos". Só têm futuro, por tal razão, os membros do PMDB que, por convicção ou cálculo político, se compuserem com as forças progressistas do partido, no âmbito do qual poderão exercer uma ação moderadora de direita, sempre que se mantenham dentro dos limites

que preservem, publicamente, a imagem centro-esquerda da agremiação.

Os "históricos" do PMDB, por seu lado, necessitam, para ocupar o grande espaço público que lhes está tendencialmente reservado, dispor de condições institucionais apropriadas. Não se trata, apenas, de que não será possível nenhum projeto social-democrata se os efeitos calamitosos decorrentes do atraso na promulgação da Constituição ou do mau encerramento final dos trabalhos da Constituinte mergulharem o país no caos. Trata-se, também, do fato de que, para que possa prosperar a proposta social-democrata dos "históricos", é estritamente necessário que a Constituição adote o regime parlamentar e viabilize sua implementação. Não há social-democracia sem parlamentarismo. E a viabilização desse regime, nas presentes condições brasileiras, contém três requisitos fundamentais. No que tange ao sistema eleitoral, é absolutamente indispensável que se adote, por disposição constitucional ou, preferivelmente, por força de lei complementar, o regime distrital misto. No que tange ao início da experiência

parlamentarista, é igualmente indispensável que o regime seja inaugurado com um grande ministério, tanto pela representatividade política como pela excelência pessoal do futuro primeiro-ministro e dos titulares das principais pastas. Finalmente, no que se refere às próximas eleições presidenciais, é imperativo que o candidato dos "históricos", sob a sigla do PMDB ou outra, seja uma personalidade que, ademais de sua representatividade política e qualificação pessoal, esteja genuinamente engajada com o recém-instituído parlamentarismo, de sorte a que sua eleição majoritária constitua, entre outras coisas, o sancionamento público do novo regime.

Tendo se iniciado a partir de um acordo informal, que trouxe para a Aliança Democrática as correntes menos autoritárias do situacionismo militar, o processo de transição só pode ser exitosamente concluído com um acordo, no âmbito do PMDB, que permita, em condições adequadas, a pronta aprovação de uma Constituição parlamentarista.